



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE

Estado do Espírito Santo

Unidade Central do Controle Interno – UCCI

DECRETO Nº 9.892/2016

APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI-04, versão 02, DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES, QUE DISPÕE SOBRE A FORMA DE APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO, ALÉM DE ADOTAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as exigências contidas nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal, no parágrafo único do artigo 54 e no artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos artigos 29, 70, 76 e 77 da Constituição Estadual e na IN nº 028/2013, do TCEES;

CONSIDERANDO o estabelecido no inciso X, do artigo 84 da Lei Orgânica e no inciso XXIII, do art. 5º da Lei Municipal nº 3.289, de 20 de novembro de 2013, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Alegre, e objetivando a sua operacionalização no âmbito do Poder Executivo, Poder Legislativo, Administrações diretas e indiretas;

CONSIDERANDO a edição da Instrução Normativa nº 33, de 16 de dezembro de 2014, que veio a alterar a IN TC nº 28, de 26 de novembro de 2013, que dispõe sobre a composição e a forma de envio das tomadas e prestações de contas anuais dos Chefes dos Poderes e demais ordenadores de despesas, para fins de apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada e fazendo parte integrante deste Decreto a Instrução Normativa SCI-004/2014, versão 02, que dispõe sobre os procedimentos para a apresentação das contas do Prefeito, da Mesa Diretora da Câmara Municipal e dos demais administradores, responsáveis pela aplicação de recursos públicos no âmbito do Município de Alegre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE

Estado do Espírito Santo

Unidade Central do Controle Interno – UCCI

Art. 2º - A aplicação da Instrução Normativa, referida no artigo anterior, é da atribuição do Coordenador Geral do Controle Interno quanto à observância do que lhe é atribuído por lei e instruções do Poder Executivo e, dos Representantes dos Órgãos Setoriais do SCI da Prefeitura e dos demais órgãos na condição de Unidades Executoras e integrantes da estrutura organizacional da Administração, direta e indireta que estão sujeitas às auditorias internas, além das entidades e pessoas beneficiadas com recursos públicos do Município de Alegre.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alegre-ES, 27 de abril de 2016.

PAULO LEMOS BARBOSA
Prefeito Municipal de Alegre



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE

Estado do Espírito Santo

Unidade Central do Controle Interno – UCCI

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 04/2015

Atualiza e substitui os ANEXOS da IN SCI nº 04/2014, Versão 01, que dispõe sobre a formação e remessa do processo de Prestação de Contas das Pessoas e dos Entes Públicos obrigados à apresentação aos Órgãos de Controle e sobre os prazos.

Versão: 02.

Ato de aprovação: Decreto Municipal Nº. 9.892/2016.

Aprovação em: 27/04/2016.

Unidade Responsável: Unidade Central do Controle Interno - UCCI.

I. DA FINALIDADE:

Esta IN tem por finalidade adequar os anexos da Instrução Normativa SCI nº 02/2014, v. 01, aos anexos da IN nº 33, de 16 de dezembro de 2014, do TCEES.

II. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Ficam alterados e os ANEXOS I, II, III, IV, V e VI, da IN referida no item I, os quais passam a vigorar na forma desta instrução, a saber:

ANEXO Nº I, V.02	Contas do Prefeito.
ANEXO Nº II, V.02	Contas dos Ordenadores de despesas da Administração, Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal exceto o IPASMA.
ANEXO Nº III, V.02	Contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal.
ANEXO Nº IV, V.02	Contas dos Ordenadores de despesas do IPASMA
ANEXO Nº V, V.02	Contas dos Titulares da FAFIA e do SAAE
ANEXO Nº VI, V.02	Contas dos Liquidantes e Interventores das pessoas jurídicas de direito privado (Casa de Caridade São José).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE

Estado do Espírito Santo

Unidade Central do Controle Interno – UCCI

2. Os responsáveis pelas unidades gestoras desconcentradas por lei específica – FUNDO DA EDUCAÇÃO/FUNDO DA SAÚDE/FUNDO DA AÇÃO SOCIAL/FAFIA/IPASMA/SAAE – deverão prestar contas individualmente na forma prevista no Capítulo II, item V - dos Procedimentos, estabelecidos na IN SCI nº 04, Versão 01.

3. O parágrafo “3”, Capítulo II, do item V referido no parágrafo anterior, passa a ter a seguinte redação:

“3. Os documentos e as demonstrações referentes às prestações de contas deverão ser enviados em arquivos assinados com certificação digital, tipo e-CPF, reconhecida pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP –Brasil (Alteração introduzida pelo art. 4º da IN nº 33/2014 do TCEES), e, os documentos que as integram deverão conter a assinatura digital do gestor responsável pelo seu encaminhamento, sendo que as peças e demonstrações contábeis deverão conter, além desta, a assinatura digital do contabilista como responsável técnico por sua elaboração (Apud. do parágrafo único do art. 12 da IN nº TC 028/2013 do TCEES).

4. A alínea “e”, do parágrafo “6”, do Capítulo II, passa a ter a seguinte redação:

“e) Ter tamanho máximo de aproximadamente 300 KB por página;”
(Alteração introduzida pelo art. 5º da IN nº 33/2014 do TCEES).

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua aprovação.

Alegre, 27 de abril de 2016.

Roberto Carneiro da Rosa e Tristão da Costa Soares
Coordenador Geral do Controle Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

ANEXO I - v.02
CONTAS DO PREFEITO (*)

Item	Nome	Descrição	Formato
01	MENSAG	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	RELGES	<p>Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do município durante o exercício financeiro a que se refere a prestação de contas, em relação às diretrizes orçamentárias estabelecidas para aquele exercício e à legislação em vigor.</p> <p>O relatório de gestão deverá destacar, dentre outros aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none">• O atendimento aos limites constitucionais para realização de despesas em ações e serviços públicos de saúde, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, remuneração dos profissionais do magistério, pertinência dos recursos aplicados em saúde e educação, transferências para o Poder Legislativo, dentre outros limites impostos pela Constituição Federal;• O atendimento aos limites estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, inclusive por antecipação de receitas orçamentárias, concessão de garantias e contragarantias, obrigações contraídas no último ano de mandato, dentre outros limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;• As medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal, se excedente ao respectivo limite, quando for o caso;• O cumprimento das metas estabelecidas na LDO;• O reflexo da renúncia de receitas no desenvolvimento econômico e social do município, considerando, inclusive, o reflexo nas contas públicas municipais;• A adoção de medidas de compensação para renúncia de receitas;• O cumprimento dos programas previstos na LOA e sua consonância com a LDO e com o PPA, descrevendo de forma analítica as atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a execução dos programas incluídos na LOA, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas;• A inscrição, a baixa e os pagamentos de precatórios, evidenciando a política adotada pelo governo do município para o pagamento da dívida, na forma das disposições contidas no artigo 100 da CRFB/88;• O montante dos gastos com publicidade dos órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive as empresas e sociedades de economia mista municipais;• As estratégias operacionais adotadas pela Procuradoria Geral do Município no que se refere à recuperação dos créditos tributários municipais;• O atendimento das recomendações e/ou determinações contidas nos Pareceres Prévios emitidos pelo TCEES;• O desempenho da arrecadação das receitas municipais, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, bem como as demais ações voltadas para o incremento das receitas de competência do Município;• A política de recuperação dos créditos inscritos em da dívida ativa, bem como, os provisionamentos para perdas registrados em contas de ajustes da dívida ativa.• A participação acionária do Município, em 31 de dezembro, nas empresas públicas e sociedades de economia mista, com indicação dos resultados obtidos no exercício sob análise.	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

03	BALORC	Balanco Orçamentário (Anexo 12 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
04	BALFIN	Balanco Financeiro (Anexo 13 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
05	BALPAT	Balanco Patrimonial (Anexo 14 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
06	DEMVAP	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 Lei 4.320/1964) consolidada, acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
07	DEMDIF	Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
08	DEMDFL	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
09	DEMFOCA	Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC consolidada (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP). (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c Resolução CFC nº 1.128/2008 - NBC T 16 c/c Portaria STN nº 437/2012)	PDF
10	DEMPLI	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL consolidada (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP). (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c Resolução CFC nº 1.128/2008 - NBC T 16 c/c Portaria STN nº 437/2012)	PDF
11	BALVER	Balancete de verificação consolidado, com saldos acumulados no exercício, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de controle, informando o saldo anterior, o total a débito, o total a crédito e o saldo final, impresso e assinado pelo gestor e pelo contabilista responsável.	PDF
12	BALEXO	Balancetes da execução orçamentária da receita e da despesa, consolidado e acumulado até o mês de dezembro, demonstrando a previsão orçamentária, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos, evidenciados por: <ul style="list-style-type: none">• relatório detalhado por órgão/elemento de despesa;• relatório detalhado por função de despesa;• relatório detalhado por função/subfunção de despesa;• relatório detalhado por elemento de despesa;	PDF
13	BALEXE	Balancetes da execução orçamentária da receita e da despesa, consolidando as unidades orçamentárias do Poder Executivo, acumulado até o mês de dezembro, demonstrando a previsão orçamentária, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos, evidenciados por: <ul style="list-style-type: none">• relatório detalhado por órgão/elemento de despesa;• relatório detalhado por função de despesa;• relatório detalhado por função/subfunção de despesa;• relatório detalhado por elemento de despesa;	PDF
14	DEMSAU	Cálculo do percentual de recursos próprios aplicados em saúde conforme a Lei Complementar 141/2012, gerado pelo Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde – SIOPS, a partir do portal Datasus, referente 6º bimestre do exercício (parágrafo único, do art.9º, da Res. TC nº 248/2012).	PDF
15	RELRAP	Relação de restos a pagar existentes no encerramento do exercício, vinculados às despesas com Saúde e Ensino, subdivididos em processados e não processados, com indicação da fonte de recursos.	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

16	RAPCAN	Relação de restos a pagar cancelados no exercício, vinculados às despesas com Saúde e Ensino, subdivididos em processados e não processados, com indicação da fonte de recursos.	PDF
17	EXTBAN	Extratos bancários das contas vinculadas às despesas com Saúde e Ensino, relativos ao mês de encerramento do exercício, com respectivas conciliações bancárias.	PDF
18	LIQSAU	Demonstrativo de despesas liquidadas em ações e serviços públicos de saúde, na forma do Anexo 24 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
19	LIQEDU	Demonstrativo de despesas liquidadas no ensino, na forma do Anexo 25 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
20	PCFUND	Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos do FUNDEB. (artigo 27 da Lei Federal nº 11.494/2006).	PDF
21	PCFSAU	Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (arts. 34 a 37 da Lei Complementar Federal nº 141/2012)	PDF
22	RELPRE	Relação consolidada dos precatórios judiciais pagos, baixados e inscritos no exercício, acompanhado da relação de inscrições por ordem cronológica.	PDF
23	DEMCAD	Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, na forma do Anexo 14 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
24	DEMRCCL	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (ANEXO 3 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)
25	RRERDP	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias (ANEXO 4 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
26	RRERNO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo do Resultado Nominal (ANEXO 5 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
27	RRERPR	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo do Resultado Primário (ANEXO 6 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
28	RRERAP	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (ANEXO 7 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
29	RREMDE	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (ANEXO 8 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício referência da prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)
30	RREOCR	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital (ANEXO 9 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
31	RRERPP	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência (ANEXO 10 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

32	RRERAA	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos (ANEXO 11 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
33	RRESAU	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ANEXO 12 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)
34	RREPPP	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Parcerias Público-privadas (ANEXO 13 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
35	RGFDPE	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal (ANEXO 1 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)
36	RGFDCL	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (ANEXO 2 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)
37	RGFGCV	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (ANEXO 3 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)
38	RGFOCR	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo das Operações de Crédito (ANEXO 4 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)
39	RGFDCX	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (ANEXO 5 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb) (PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)
40	RGFRAP	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo dos Restos a Pagar (ANEXO 6 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas, acompanhado de relação dos restos a pagar inscritos em 31/12 cujas obrigações tenham sido assumidas no primeiro quadrimestre do exercício, quando a prestação de contas se referir ao último exercício do mandato do titular do Poder ou Órgão.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)
41	LEIDES	Cópia da lei de desconcentração administrativa, no caso dos municípios onde a gestão dos recursos públicos no Poder Executivo Municipal tenha sido objeto de outorga aos Secretários e demais gestores.	PDF
42	RELSCI	Relatório de avaliação do cumprimento do plano de ação para implantação do Sistema de Controle Interno (Art. 3º, § 3º, da Resolução TC nº 227/2011)	PDF
43	RELOCI	Relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, assinado por seu responsável, contendo os elementos previstos no Anexo 11 desta Instrução Normativa (Art. 76, § 3º da LC nº 621/2012 c/c artigo 122, § 5º do RITCEES aprovado pela Resolução TC nº 261/2013 e c/c artigo 4º da Resolução TC nº 227/2011)	PDF
44	PROEXE	Pronunciamento expresso do chefe do poder atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, a que se refere o parágrafo único, do artigo 4º, da Resolução TC nº 227/2011.	PDF

(*) In IN nº TC 028/2013, alterada pela IN nº 33/2014, do TCEES, apud ANEXO-02.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

ANEXO II – v.02

CONTAS DOS ORDENADORES DE DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES
DIRETAS E INDIRETAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EXCETO O
IPASMA (*)

Item	Nome	Descrição	Formato
01	MENSAG	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	ROLRES	Rol de responsáveis contendo: (Artigo 137, I, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013) <ul style="list-style-type: none">• Nome• Endereço residencial e eletrônico• Cargo ou função• Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas da RFB (CPF)• Período de gestão• Ato de nomeação e exoneração Obs.: Consideram-se responsáveis, para fins dessa prestação de contas: os ordenadores de despesas, contabilistas, responsáveis pelo controle interno, responsáveis pelo controle de patrimônio, dentre outros servidores que participam direta ou indiretamente no fornecimento de informações contidas nesta prestação de contas.	PDF
03	RELGES	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito de cada órgão. (Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)	PDF
04	RELUCI	Relatório e parecer conclusivo emitido pelo controle interno, assinado por seu responsável, contendo os elementos indicados no ANEXO 12 desta Instrução Normativa. (Artigo 135, § 4º c/c artigo 137, IV do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)	PDF
05	PROEXE	Pronunciamento expresso do chefe do órgão atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo controle interno.	PDF
06	DEMREN	Demonstrativos que expressem as situações dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receitas, bem como do impacto socioeconômico de suas atividades. (Artigo 136 do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)	PDF
07	BALORC	Balanco Orçamentário (Anexo 12 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
08	BALFIN	Balanco Financeiro (Anexo 13 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
09	BALPAT	Balanco Patrimonial (Anexo 14 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
10	DEMVAP	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 Lei	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		4.320/1964) consolidada, acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei nº 4.320/64)	
11	DEMDIF	Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
12	DEMDFL	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei nº 4.320/64)	PDF
13	DEMFOCA	Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP). (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c Resolução CFC nº 1.128/2008 - NBC T 16 c/c Portaria STN nº 437/2012)	PDF
14	BALVER	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de controle, informando o saldo anterior, o total a débito, o total a crédito e o saldo final, impresso e assinado pelo gestor e pelo contabilista responsável.	PDF
15	BALEXO	Balancetes da execução orçamentária da receita e da despesa, acumulado até o mês de dezembro, demonstrando a previsão orçamentária, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos, evidenciados por: <ul style="list-style-type: none">• relatório detalhado por órgão/elemento de despesa;• relatório detalhado por função de despesa;• relatório detalhado por função/subfunção de despesa;• relatório detalhado por elemento de despesa;	PDF
16	INVMOV	Inventário anual dos bens móveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Número de patrimônio• Descrição do bem• Data de aquisição/incorporação• Localização• Quantidade• Valor histórico e valor atualizado <p>Obs.1: as colunas de quantidades, valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas.</p> <p>Obs.2: durante o período de mensuração, reconhecimento e implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico.</p> <p>Obs.3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser objeto de notas explicativas.</p> <p>Obs.4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente.</p>	PDF e XLS/ODF
17	RESMOV	Resumo do inventário de bens móveis, na forma do Anexo 15 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
18	DEMBMV	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens móveis, na forma do Anexo 16 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
19	INVIMO	Inventário anual dos bens imóveis, subdividido em bens de uso especial, bens dominiais, bens de uso comum do povo, bens imóveis em andamento e demais bens imóveis, contendo no mínimo as seguintes informações:	PDF e XLS/ODF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		<ul style="list-style-type: none">• Relação dos imóveis utilizados pelo Órgão ou Entidade, pertencentes ao Estado/Município• Caracterização do imóvel (número de registro, conforme certidão de matrícula ou certidão de ônus reais obtida no cartório de registro de imóveis; localização; área; estado de conservação; benfeitorias existentes; demais características)• Data de aquisição/construção ou incorporação• Valor histórico e valor atualizado <p>Obs.1: as colunas valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas. Obs.2: durante o período de implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico. Obs.3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser objeto de notas explicativas. Obs.4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional em seu Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente.</p>	
20	RESIMO	Resumo do inventário de bens imóveis, na forma do Anexo 17 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
21	DEMBIM	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens imóveis, na forma do Anexo 18 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
22	INVALM	Inventário anual dos bens em almoxarifado, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Descrição dos bens• Quantidade• Valor unitário• Valor total <p>Obs.: a coluna valor total deve ser totalizada.</p>	PDF e XLS/ODF
23	RESAMC	Resumo do inventário do almoxarifado – material de consumo, na forma do Anexo 19 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
24	DEMAMC	Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado – material de consumo, na forma do Anexo 20 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
25	RESAMP	Resumo do inventário do almoxarifado – material permanente, na forma do Anexo 21 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
26	DEMAMP	Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado – material permanente, na forma do Anexo 22 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
27	INVINT	Inventário anual dos bens intangíveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Relação dos bens• Caracterização (especificação resumida; número de registro de marca ou patente, caso exista, comprovado mediante certidão de registro)• Data de aquisição/produção/incorporação• Valor histórico e valor atualizado <p>Obs.1: as colunas valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas. Obs.2: durante o período de implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico. Obs.3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser objeto de notas explicativas. Obs.4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela</p>	PDF e XLS/ODF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		Secretaria do Tesouro Nacional em seu Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente.	
28	COMINV	Ato de designação da comissão responsável pela elaboração dos inventários	PDF
29	DEMDAT	Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária, devidamente assinado pelo gestor e por profissional responsável, destacando-se: <ul style="list-style-type: none">• saldo inicial;• inscrições no exercício, segregando valor do principal, atualizações e juros;• baixas por pagamento;• baixas por cancelamentos, acompanhadas de documentação que comprove sua legalidade e motivação;• saldo final. Quadro auxiliar demonstrando a dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial, especificando: <ul style="list-style-type: none">• Data de início da cobrança• Nome do requerido• Valor da dívida• Situação do processo (em tramitação / encerrado)	PDF
30	DEMRAP	Demonstrativo de "restos a pagar" evidenciando: <ul style="list-style-type: none">• os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores e os restos a pagar inscritos no exercício sob análise, discriminados em: processados e não processados, por exercício, por credor, por fonte de recursos, por função e subfunção;• os restos a pagar cancelados no exercício sob análise, discriminados em: processados e não-processados, por exercício, por credor, por fonte de recursos, por função e subfunção; bem como cópia dos respectivos atos que autorizaram o cancelamento.	PDF
31	EXTBAN	Extratos bancários relativos ao mês de encerramento do exercício.	PDF
32	TVDISP	Termo de verificação de disponibilidades, na forma do Anexo 23 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
33	FOLRPP	Resumo anual da folha de pagamento do exercício financeiro, dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias e as obrigações patronais, especificadas por natureza, bem como os descontos com indicação das correspondentes contas de classificação contábil no passivo do órgão.	PDF
34	FOLRGP	Resumo anual da folha de pagamento do exercício financeiro, dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias e as obrigações patronais, especificadas por natureza, bem como os descontos com indicação das correspondentes contas de classificação contábil no passivo do órgão.	PDF
35	DEMCPA	Demonstrativo evidenciando, mensalmente, o valor da despesa liquidada e efetivamente recolhida de contribuições sociais patronais, discriminando por instituição previdenciária (RPPS e RGPS).	PDF
36	DEMCSE	Demonstrativo evidenciando, mensalmente, o valor retido de contribuições sociais dos servidores e efetivamente recolhidos, discriminando por instituição previdenciária (RPPS e RGPS).	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

37	CERSIT	Certificado de Regularidade de Situação – CRS (art. 69 da LC Estadual nº 282/2004)	PDF
38	FIXSUB	Instrumento normativo fixador dos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito para o exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
39	FICPAG	Fichas financeiras evidenciando os pagamentos de subsídios ao Prefeito e ao Vice-Prefeito no exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
40	CONFUN	Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos do FUNDEB. (artigo 27 da Lei Federal nº 11.494/2006)	PDF
41	CONSAU	Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (arts. 34 a 37 da Lei Complementar Federal nº 141/2012)	PDF

() In Instrução Normativa nº 028/2013, alterada pela IN nº 33/2014 do TCEES, apud ANEXO-03.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

ANEXO III – v.02

CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL (*)

Item	Nome	Descrição	Formato
01	MENSAG	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	ROLRES	Rol de responsáveis contendo: (Artigo 137, I, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013) <ul style="list-style-type: none">• Nome• Endereço residencial e eletrônico• Cargo ou função• Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas da RFB (CPF)• Período de gestão• Ato de nomeação e exoneração Obs.: Consideram-se responsáveis, para fins dessa prestação de contas: os ordenadores de despesas, contabilistas, responsáveis pelo controle interno, responsáveis pelo controle de patrimônio, dentre outros servidores que participam direta ou indiretamente no fornecimento de informações contidas nesta prestação de contas.	PDF
03	RELGES	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa. (Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)	PDF
04	RELUCI	Relatório e parecer conclusivo emitido pelo controle interno, assinado por seu responsável, contendo os elementos indicados no ANEXO 13 desta instrução normativa. (Artigo 135, § 4º c/c artigo 137, IV do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)	PDF
05	PROEXE	Pronunciamento expresso do chefe do Poder atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo controle interno, a que se refere o parágrafo único, do artigo 4º, da Resolução TC nº 227/2012.	PDF
06	RELSCI	Relatório de avaliação do cumprimento do plano de ação para implantação do Sistema de Controle Interno (Art. 3º, § 3º, da Resolução TC nº 227/2011)	PDF
07	BALFIN	Balanço Financeiro (Anexo 13 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
08	BALPAT	Balanço Patrimonial (Anexo 14 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
09	DEMVAP	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 Lei 4.320/1964) consolidada, acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
10	DEMDIF	Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei nº 4.320/64)	PDF
11	DEMDFL	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
12	DEMFOA	Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC consolidada (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP). (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c Resolução CFC nº	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		1.126/2008 - NBC T 16 c/c Portaria STN nº 437/2012)	
13	BALVER	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de controle, informando o saldo anterior, o total a débito, o total a crédito e o saldo final, impresso e assinado pelo gestor e pelo contabilista responsável.	PDF
14	BALEXO	Balancete da execução orçamentária da despesa, contendo os saldos acumulados até o mês de dezembro, demonstrando a previsão orçamentária, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos, evidenciado por: <ul style="list-style-type: none">• relatório detalhado por órgão/elemento de despesa;• relatório detalhado por função de despesa;• relatório detalhado por função/subfunção de despesa;• relatório detalhado por elemento de despesa;	PDF
15	DEMCAD	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, na forma do Anexo 14 desta instrução normativa.	PDF
16	INVMOV	Inventário anual dos bens móveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Número de patrimônio• Descrição do bem• Data de aquisição/incorporação• Localização• Quantidade• Valor histórico e valor atualizado Obs.1: as colunas de quantidades, valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas. Obs.2: durante o período de implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico. Obs.3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser objeto de notas explicativas. Obs.4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional em seu Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente.	PDF e XLS/ODF
17	RESMOV	Resumo do inventário de bens móveis, na forma do Anexo 15 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
18	DEMBMV	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens móveis, na forma do Anexo 16 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
19	INVIMO	Inventário anual dos bens imóveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Relação dos imóveis que integram o patrimônio do Poder ou Órgão• Caracterização do imóvel (número de registro, conforme certidão de matrícula ou certidão de ônus reais obtida no cartório de registro de imóveis; localização; área; estado de conservação; benfeitorias existentes; demais características)• Data de aquisição/construção ou incorporação• Valor histórico e valor atualizado Obs.1: as colunas valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas. Obs.2: durante o período de implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico. Obs.3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser objeto de notas explicativas. Obs.4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela Secretaria	PDF e XLS/ODF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		do Tesouro Nacional em seu Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente. Obs.5: imóveis que são utilizados pelo Poder ou Órgão mas que não integram o seu patrimônio devem ser informados separadamente.	
20	RESIMO	Resumo do inventário de bens imóveis, na forma do Anexo 17 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
21	DEMBIM	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens imóveis, na forma do Anexo 18 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
22	INVALM	Inventário anual dos bens em almoxarifado, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Descrição dos bens• Quantidade• Valor unitário• Valor total Obs.: a coluna valor total deve ser totalizada.	PDF e XLS/ODF
23	RESAMC	Resumo do inventário do almoxarifado – material de consumo, na forma do Anexo 19 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
24	DEMAMC	Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado – material de consumo, na forma do Anexo 20 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
25	RESAMP	Resumo do inventário do almoxarifado – material permanente, na forma do Anexo 21 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
26	DEMAMP	Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado – material permanente, na forma do Anexo 22 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
27	INVINT	Inventário anual dos bens intangíveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Relação dos bens• Caracterização (especificação resumida; número de registro de marca ou patente, caso exista, comprovado mediante certidão de registro)• Data de aquisição/produção/incorporação• Valor histórico e valor atualizado Obs.1: as colunas valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas. Obs.2: durante o período implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico. Obs.3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser objeto de notas explicativas. Obs.4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional em seu Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente.	PDF e XLS/ODF
28	COMINV	Ato de designação da comissão responsável pela elaboração dos inventários.	PDF
29	DEMRAP	Demonstrativo de “restos a pagar” evidenciando: <ul style="list-style-type: none">• os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores e os restos a pagar inscritos no exercício sob análise, discriminados em: processados e não processados, por exercício, por credor, por fonte de recursos, por função e subfunção;• os restos a pagar cancelados no exercício sob análise, discriminados em: processados e não-processados, por exercício, por credor, por fonte de recursos, por função e subfunção, bem como cópia dos respectivos atos que autorizaram o cancelamento.	PDF
30	EXTBAN	Extratos bancários relativos ao mês de encerramento do exercício.	PDF
31	TVDISP	Termo de verificação de disponibilidades, na forma do Anexo 23 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
32	FOLRPP	Resumo anual da folha de pagamento do exercício financeiro, dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		(RPPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias e as obrigações patronais, especificadas por natureza, bem como os descontos com indicação das correspondentes contas de classificação contábil no passivo do órgão.	
33	FOLRGP	Resumo anual da folha de pagamento do exercício financeiro, dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias e as obrigações patronais, especificadas por natureza, bem como os descontos com indicação das correspondentes contas de classificação contábil no passivo do órgão.	PDF
34	DEMCPA	Demonstrativo evidenciando, mensalmente, o valor da despesa liquidada e efetivamente recolhida de contribuições sociais patronais, discriminando por instituição previdenciária (RPPS e RGPS).	PDF
35	DEMCSE	Demonstrativo evidenciando, mensalmente, o valor retido de contribuições sociais dos servidores e efetivamente recolhidos, discriminando por instituição previdenciária (RPPS e RGPS).	PDF
36	CERSIT	Certificado de Regularidade de Situação – CRS (art. 69 da LC Estadual nº 282/2004)	PDF
37	FIXSUB	Instrumento normativo fixador dos subsídios dos Deputados Estaduais ou Vereadores Municipais para a legislatura a que se refere a prestação de contas, bem como, as leis que concederam revisões gerais anuais nesse período.	PDF
38	FICPAG	Fichas financeiras evidenciando os pagamentos de subsídios aos Deputados Estaduais ou Vereadores Municipais no exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF
39	DEMPES	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal (ANEXO 1 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas, devidamente assinado pelas autoridades definidas no parágrafo único do artigo 54, da LC 101/2000.	PDF
40	DEMDCA	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (ANEXO 5 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas, devidamente assinado pelas autoridades definidas no parágrafo único do artigo 54, da LC 101/2000.	PDF
41	DEMRPA	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo dos Restos a Pagar (ANEXO 6 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas, devidamente assinado pelas autoridades definidas no parágrafo único do artigo 54, da LC 101/2000, acompanhado de relação dos restos a pagar inscritos em 31/12 cujas obrigações tenham sido assumidas no primeiro quadrimestre do exercício quando a prestação de contas se referir ao último exercício do mandato do titular do Poder ou Órgão.	PDF

(*) In IN nº TC 028/2013, alterada pela IN nº 33/2014 do TCEES, apud ANEXO-04.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

ANEXO IV – v.02

CONTAS DOS ORDENADORES DE DESPESAS DO IPASMA (*)

Item	Nome	Descrição	Formato
01	MENSAG	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	ROLRES	Rol de responsáveis contendo: (Artigo 137, I, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013) <ul style="list-style-type: none">• Nome• Endereço residencial e eletrônico• Cargo ou função• Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas da RFB (CPF)• Período de gestão• Ato de nomeação e exoneração <p>Obs.: Consideram-se responsáveis, para fins dessa prestação de contas: os ordenadores de despesas, contabilistas, responsáveis pelo controle interno, responsáveis pelo controle de patrimônio, dentre outros servidores que participam direta ou indiretamente no fornecimento de informações contidas nesta prestação de contas.</p>	PDF
03	RELGES	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa. (Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)	PDF
04	RELUCI	Relatório e parecer conclusivo emitido pelo controle interno, assinado por seu responsável, contendo os elementos indicados no ANEXO 12 desta instrução normativa. (Artigo 135, § 4º c/c artigo 137, IV do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)	PDF
05	PROEXE	Pronunciamento expresso do chefe do Poder atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo controle interno, a que se refere o parágrafo único, do artigo 4º, da Resolução TC nº 227/2012.	PDF
06	BALORC	Balanço Orçamentário (Anexo 12 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
07	BALFIN	Balanço Financeiro (Anexo 13 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
08	BALPAT	Balanço Patrimonial (Anexo 14 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

09	DEMVAP	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 Lei 4.320/1964), acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
10	DEMDIF	Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64)	PDF
11	DEMDFL	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei nº 4.320/64)	PDF
12	DEMFOCA	Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP). (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c Resolução CFC nº 1.128/2008 - NBC T 16 c/c Portaria STN nº 437/2012)	PDF
13	DEMPLI	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP). (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c Resolução CFC nº 1.128/2008 - NBC T 16 c/c Portaria STN nº 437/2012)	PDF
14	BALVER	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de controle, informando o saldo anterior, o total a débito, o total a crédito e o saldo final, impresso e assinado pelo gestor e pelo contabilista responsável.	PDF
15	BALEXO	Balancetes da execução orçamentária da receita e da despesa, contendo os saldos acumulados até o mês de dezembro, demonstrando a previsão orçamentária, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos, evidenciados por: <ul style="list-style-type: none">• relatório detalhado por órgão/elemento de despesa;• relatório detalhado por função de despesa;• relatório detalhado por função/subfunção de despesa;• relatório detalhado por elemento de despesa;	PDF
16	INVMOV	Inventário anual dos bens móveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Número de patrimônio• Descrição do bem• Data de aquisição/incorporação• Localização• Quantidade• Valor histórico e valor atualizado <p>Obs.1: as colunas de quantidades, valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas.</p> <p>Obs.2: durante o período de implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico.</p> <p>Obs.3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser</p>	PDF e XLS/ODF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		objeto de notas explicativas. Obs.4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional em seu Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente.	
17	RESMOV	Resumo do inventário de bens móveis, na forma do Anexo 15 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
18	DEMBMV	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens móveis, na forma do Anexo 16 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
19	INVIMO	Inventário anual dos bens imóveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Relação dos imóveis que integram o patrimônio do Órgão.• Caracterização do imóvel (número de registro, conforme certidão de matrícula ou certidão de ônus reais obtida no cartório de registro de imóveis; localização; área; estado de conservação; benfeitorias existentes; demais características)• Data de aquisição/construção ou incorporação• Valor histórico e valor atualizado Obs.1: as colunas valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas. Obs.2: durante o período de implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico. Obs.3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser objeto de notas explicativas. Obs.4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional em seu Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente. Obs.5: imóveis que são utilizados pelo Órgão mas que não integram o seu patrimônio devem ser informados separadamente.	PDF e XLS/ODF
20	RESIMO	Resumo do inventário de bens imóveis, na forma do Anexo 17 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
21	DEMBIM	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens imóveis, na forma do Anexo 18 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
22	INVALM	Inventário anual dos bens em almoxarifado, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Descrição dos bens• Quantidade• Valor unitário• Valor total Obs.: a coluna valor total deve ser totalizada.	PDF e XLS/ODF
23	RESAMC	Resumo do inventário do almoxarifado – material de consumo, na forma do Anexo 19 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
24	DEMAMC	Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado – material de consumo, na forma do Anexo 20 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
25	RESAMP	Resumo do inventário do almoxarifado – material permanente, na forma do Anexo 21 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
26	DEMAMP	Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado – material permanente, na forma do Anexo 22 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
27	INVINT	Inventário anual dos bens intangíveis, contendo no	PDF e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		<p>minimo as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Relação dos bens• Caracterização (especificação resumida; número de registro de marca ou patente, caso exista, comprovado mediante certidão de registro)• Data de aquisição/produção/incorporação• Valor histórico e valor atualizado <p>Obs 1: as colunas valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas.</p> <p>Obs 2: durante o período de implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico.</p> <p>Obs 3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser objeto de notas explicativas.</p> <p>Obs 4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional em seu Manual de <u>Contabilidade Aplicada ao Setor Público</u> vigente.</p>	XLS/ODF
28	COMINV	Ato de designação da comissão responsável pela elaboração dos inventários.	PDF
29	DEMRAPI	Demonstrativo de "restos a pagar" evidenciando: <ul style="list-style-type: none">• os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores e os restos a pagar inscritos no exercício sob análise, discriminados em: processados e não processados, por exercício, por credor, por fonte de recursos, por função e subfunção;• os restos a pagar cancelados no exercício sob análise, discriminados em: processados e não-processados, por exercício, por credor, por fonte de recursos, por função e subfunção; bem como cópia dos respectivos atos que autorizaram o cancelamento.	PDF
30	EXTBAN	Extratos bancários relativos ao mês de encerramento do exercício.	PDF
31	EXTBAN	Extratos bancários das aplicações financeiras de todos os meses do exercício.	PDF
32	TVDISP	Termo de verificação de disponibilidades, na forma do Anexo 23 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
33	FOLRPP	Resumo anual da folha de pagamento de seus servidores, do exercício financeiro a que se refere a prestação de contas, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias e as obrigações patronais, especificadas por natureza, bem como os descontos com indicação das correspondentes contas de classificação contábil no passivo do órgão.	PDF
34	FOLRGP	Resumo anual da folha de pagamento de seus servidores, do exercício financeiro, a que se refere a prestação de contas, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias e as obrigações patronais, especificadas por natureza, bem como os descontos com indicação das correspondentes contas de classificação contábil no passivo do órgão.	PDF
35	DEMREC	Demonstrativo evidenciando, mensalmente, o valor das receitas provenientes de contribuições sociais patronais e de contribuições sociais dos servidores dos órgãos vinculados ao regime próprio de previdência, segregado por órgão contribuinte.	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

36	DEMTRA	Demonstrativo evidenciando, mensalmente, o valor das transferências recebidas a título de repasse financeiro recebido para cobertura de déficit previdenciário, segregando por órgãos vinculados ao regime próprio de previdência que realizam transferências aos respectivos fundos financeiros.	PDF
37	DEMAAT	Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial do plano anual de custeio (único ou previdenciário e financeiro), realizado por entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação mais próxima do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	PDF
38	DEMDAD	Demonstrativo que evidencie os gastos com administração no exercício.	PDF
39	RELPOL	Relatório que definiu a política anual de investimentos, na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 3.922/2010.	PDF
40	DEMPOL	Cópia do demonstrativo da política anual de investimentos encaminhada ao Ministério da Previdência, na forma da Resolução CMN nº 3.922/2010.	PDF

() In IN nº TC 028/2013, alterada pela IN TC 033/2014 do TCEES, apud ANEXO-06.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

ANEXO V - v.02 (*)

CONTAS DOS TITULARES DA FAFIA E DO SAAE

Item	Nome	Descrição	Formato
01	MENSAG	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	ROLRES	Rol de responsáveis contendo: (Artigo 137, I, da Resolução TC nº 261/2013) <ul style="list-style-type: none">• Nome• Endereço residencial e eletrônico• Cargo ou função• Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas da RFB (CPF)• Período de gestão• Ato de nomeação e exoneração Obs.: Consideram-se responsáveis, para fins dessa prestação de contas: o responsável pelo encaminhamento da PCA, os membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal e seus substitutos no exercício, os contabilistas e os responsáveis pelo controle de patrimônio.	PDF
03	AGOADM	Ata da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária (AGO/AGE) que elegeu ou destituiu os administradores, relacionados no "Rol de Responsáveis".	PDF
04	TPOSSE	Termos de Posse dos administradores relacionados no "Rol de Responsáveis".	PDF
05	TREADM	Termos de Rescisão, caso ocorram no exercício, dos administradores relacionados no "Rol de Responsáveis", com a composição das verbas remuneratórias e indenizatórias pagas.	PDF
06	FIFADM	Fichas financeiras dos Administradores, relacionados no "Rol de Responsáveis", especificando os honorários, gratificações e demais vantagens atribuídas a qualquer título no exercício.	PDF
07	INRADM	Instrumento Normativo fixador da remuneração paga aos administradores, relacionados no "Rol de Responsáveis", inclusive gratificações e vantagens.	PDF
08	RELADM	Relatório anual da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo e o exame das demonstrações financeiras (Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013 e inciso I do art. 133 da Lei 6.404/76).	PDF
09	DREPAS	Demonstrativo dos repasses recebidos do Governo, para custeio ou aumento de capital, caso ocorram durante o exercício.	PDF
10	TVDCAI	Termo de verificação das disponibilidades em caixa ao final do exercício.	PDF
11	TVDISP	Termo de verificação de disponibilidades bancárias, na forma do Anexo 23 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
12	EXTBAN	Extratos bancários relativos ao mês de encerramento do exercício (inclusive das contas com saldo bancário	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		zerado no exercício).	
13	BALPAT	Balço Patrimonial do exercício , com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Inciso I do artigo 176 da Lei 6.404/76)	PDF
14	DELPAC	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados , com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Inciso II do artigo 176 da Lei 6.404/76).	PDF
15	DEMRES	Demonstração do Resultado do Exercício , com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Inciso III do artigo 176 da Lei 6.404/76).	PDF
16	DEMUPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido , com a indicação dos saldos do exercício anterior, no caso de empresas em situação de “ Estatal dependente ” ou “ Fundações de direito privado ”. (Art. 3º da Resolução CFC 1437/13 e Resolução CFC nº 1.409/12 e item 22 da ITG 2002 – NBCT).	PDF
17	DEMFOA	Demonstração dos Fluxos de Caixa , com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Inciso IV do art. 176 da Lei 6.404/76). Observação: I. Exceção: S/A de capital fechado, com Patrimônio Líquido na data do balanço inferior a 2 (dois) milhões, conforme §6º do art. 176 da Lei 6.404/760 e empresas Ltda.	PDF
18	DEMVAD	Demonstração do Valor Adicionado , com a indicação dos saldos do exercício anterior, no caso de Sociedades Anônimas de capital aberto. (Inciso V do art. 176 da Lei 6.404/76).	PDF
19	NEXDEM	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras , contendo as informações que couberem à situação da empresa (§ 4º do inciso IV do §5º do artigo 176 da Lei 6.404/76).	PDF
20	AGOCON	Ata da Assembleia Geral Ordinária ou Ata do órgão competente que deliberou sobre as contas dos administradores e votou as demonstrações financeiras do exercício (§5º do art. 134 da Lei 6404/76): Observações: <ul style="list-style-type: none">• No caso de Sociedade Anônima: a cópia da Ata da Assembleia Geral Ordinária deverá ser encaminhada, com prova de registro na JUCEES (§ 5º do art. 134 da Lei 6.404/76).	PDF
21	BALVER	Balancete de verificação (analítico) que deu origem ao encerramento das Demonstrações Financeiras do exercício, com o saldo das contas de resultado. Observação: <ul style="list-style-type: none">• No caso das instituições financeiras, obrigadas a levantar balanço no primeiro semestre, encaminhar os dois balancetes.	PDF
22	PARAUD	Parecer dos Auditores Independentes , se houver, sobre o relatório anual da Administração e o exame das demonstrações financeiras do exercício social (Inciso III do artigo 133 da Lei 6.404/76).	PDF
23	RELIND	Relatório Circunstanciado da Auditoria Independente , se houver contrato para este serviço no exercício.	PDF
24	PARCOF	Parecer do Conselho Fiscal , caso esteja constituído, sobre o Relatório Anual da Administração e o exame das Demonstrações Financeiras do exercício social (Inciso IV do artigo 133 e art. 240 da Lei 6.404/76).	PDF
25	PARCAD	Parecer do Conselho de Administração ou “Órgão Deliberativo” equivalente, se houver, sobre o	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		Relatório Anual da Administração e o exame das Demonstrações Financeiras do exercício social (§2º do artigo 138 e art. 239 da Lei 6.404/76).	
26	PUBLRA	Cópia da publicação do Relatório da Administração (Inciso I do art. 133 da Lei 6.404/76). Observação: <ul style="list-style-type: none">• Exceção: companhias fechadas que tiverem menos de vinte acionistas, com patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data do balanço, desde que essas não sejam controladoras de grupos de sociedades ou a elas filiaadas (Inciso II do art. 294 da Lei 6.404/76).	PDF
27	PUBLDF	Cópia da publicação das Demonstrações Financeiras do exercício, contendo o Parecer dos Auditores Independentes e dos Conselhos Fiscal e de Administração, caso existam (Inciso II do art. 133 da Lei 6.404/76). Observação: <ul style="list-style-type: none">• Exceção: Companhias fechadas que tiverem menos de vinte acionistas, com patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data do balanço, desde que essas não sejam controladoras de grupos de sociedades ou a elas filiaadas (Inciso II do art. 294 da Lei 6.404/76).	PDF
28	PUBLAG	Cópia da publicação da Ata da Assembleia Geral Ordinária , que deliberou sobre as contas do exercício, no caso de Sociedade Anônima (§ 5º do art. 134 da lei 6.404/76).	PDF
29	INVMOV	Inventário anual dos bens móveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Número de patrimônio• Descrição do bem• Data de aquisição/incorporação• Localização• Quantidade• Valor	PDF e XLS/ODF
30	RESMOV	Resumo do inventário de bens móveis, na forma do Anexo 15 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
31	DEMBMV	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens móveis, na forma do Anexo 16 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
32	INVIMO	Inventário anual dos bens imóveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Relação dos imóveis que integram o patrimônio da pessoa jurídica• Caracterização do imóvel (número de registro, conforme certidão de matrícula ou certidão de ônus reais obtida no cartório de registro de imóveis; localização; área; estado de conservação; benfeitorias existentes; demais características)• Data de aquisição/construção ou incorporação• Valor Obs.: imóveis que são utilizados pela pessoa jurídica mas que não integram o seu patrimônio devem ser informados separadamente.	PDF e XLS/ODF
33	RESIMO	Resumo do inventário de bens imóveis, na forma do Anexo 17 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

34	DEMBIM	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens imóveis, na forma do Anexo 18 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
35	INVALM	Inventário anual dos bens em almoxarifado, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Descrição dos bens• Quantidade• Valor unitário• Valor total <p>Obs.: a coluna valor total deve ser totalizada.</p>	PDF e XLS/ODF
36	RESAMC	Resumo do inventário do almoxarifado – material de consumo, na forma do Anexo 19 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
37	DEMAMC	Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado – material de consumo, na forma do Anexo 20 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
38	RESAMP	Resumo do inventário do almoxarifado – material permanente, na forma do Anexo 21 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
39	DEMAMP	Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado – material permanente, na forma do Anexo 22 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
40	INVINT	Inventário anual dos bens intangíveis, contendo no mínimo as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Relação dos bens• Caracterização (especificação resumida; número de registro de marca ou patente, caso exista, comprovado mediante certidão de registro)• Data de aquisição/produção/incorporação• Valor histórico e valor atualizado <p>Obs.1: as colunas valor histórico e valor atualizado devem ser totalizadas.</p> <p>Obs.2: durante o período de implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais, cujos prazos foram estabelecidos pelas Resoluções TC 221/2010 e 242/2012, poderá ser informado para o valor atualizado dos bens o mesmo valor histórico.</p> <p>Obs.3: os critérios utilizados para definição de valor histórico, valor atualizado e de mensuração do inventário, devem ser objeto de notas explicativas.</p> <p>Obs.4: aplicam-se à presente norma, os conceitos adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional em seu Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente.</p>	PDF e XLS/ODF
41	COMINV	Ato de designação da comissão responsável pela elaboração dos inventários.	PDF
42	FOLRGP	Resumo anual da folha de pagamento de seus servidores, do exercício financeiro, a que se refere a prestação de contas, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias, as obrigações patronais, bem como os descontos a título de contribuições previdenciárias, tributos e demais rubricas.	PDF

(*) In IN nº TC 028/2013, alterada pela IN nº 033/2014, do TCEES, apud ANEXO-07.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

ANEXO VI - v.02

CONTAS DOS LIQUIDANTES E INTERVENTORES DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO (*)

(EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E SUAS SUBSIDIÁRIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PRIVADO)

A) INÍCIO DA LIQUIDAÇÃO (documentos a serem encaminhados no início da Liquidação para serem autuados como "Prestação de Contas - Início da Liquidação"); 34

B) DURANTE O PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO (documentos a serem autuados como "Prestação de Contas – Em Liquidação", caso a empresa não tenha sido liquidada até o fim do exercício anterior);

C) FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO (documentos a serem encaminhados no exercício que foi concluída a liquidação da empresa para serem autuados como: "Prestação de Contas - Encerramento").

Item	Nome	Descrição	Formato
A)		No exercício em que for iniciada a liquidação, conforme art. 210 da Lei 6.404/76:	
A01	MENSAG	Mensagem de encaminhamento, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
A02	ROLRES	Rol de Responsáveis (Liquidante) contendo: (Artigo 137, I do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013): <ul style="list-style-type: none">• Nome• Endereço residencial e eletrônico• Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas da RFB (CPF)• Data da posse• Período de gestão	PDF
A03	AGOLIQ	Ata da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária que elegeu o Liquidante.	PDF
A04	INREML	Instrumento normativo que definiu a remuneração do Liquidante, inclusive das vantagens agregada a mesma.	PDF
A05	AGOINI	Cópia da Ata da Assembleia-Geral ou Certidão de Sentença, que tiver homologado o início da liquidação, com prova de arquivamento no órgão de registro. (Inciso I do art. 210 da Lei 6.404/76).	PDF
A06	PBAGOI	Cópia da publicação da Ata da Assembleia Geral que deliberou o início da liquidação. (Inciso I do art. 210 da Lei 6.404/76).	PDF
A07	TVDINI	Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras, existentes na data de início da Liquidação (Saldo em Caixa e Banco).	PDF
A08	EXTBCI	Extratos bancários relativos a data do início da Liquidação.	PDF
A09	BALPAT	Balanco Patrimonial do exercício , com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Artigo 210, inciso III da Lei 6.404/76).	PDF
A10	DEMRES	Demonstração do Resultado do Exercício , com a indicação dos saldos do exercício anterior (Artigo 210, inciso III da Lei 6.404/76).	PDF
A11	DELPAC	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados , com a indicação dos saldos do exercício anterior (Artigo 210, inciso III da Lei 6.404/76).	PDF
A12	DEMUPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido , com a indicação dos saldos do exercício anterior (Artigo 210, inciso III da Lei 6.404/76).	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		Observações: <ul style="list-style-type: none">No caso de empresas em situação de “Estatal dependente” (Art. 3º da Resolução CFC 1437/13).	
A13	NEXDEM	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras , contendo as informações que couberem à situação da empresa (§ 4º inciso IV do §5º do artigo 176 da Lei 6.404/76).	PDF
A14	BALVEI	Balancete de Verificação que deu origem às Demonstrações Financeiras no início da liquidação.	PDF
A15	INVINI	Inventário físico dos bens patrimoniais (móveis, imóveis e intangíveis) existentes na data da homologação da liquidação, contendo: data de aquisição, descrição do bem, quantidade, valor e saldo totalizado.	PDF
A16	FOLRGP	Resumo anual da folha de pagamento de seus servidores, do exercício financeiro, a que se refere a prestação de contas, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias, as obrigações patronais, bem como os descontos a título de contribuições previdenciárias, tributos e demais rubricas.	PDF
B)		Durante o processo de liquidação, conforme art. 213 da Lei 6.404/76:	
B01	MENSAG	Mensagem de encaminhamento, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
B02	ROLRES	Rol de Responsáveis (Liquidante) contendo: (Artigo 137, I do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013): <ul style="list-style-type: none">NomeEndereço residencial e eletrônicoInscrição no cadastro de Pessoas Físicas da RFB (CPF)Data da possePeríodo de gestão	PDF
B03	AGOLIQ	Ata da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária que elegeu ou destituiu o liquidante no exercício.	PDF
B04	DEREML	Demonstrativo da composição mensal da remuneração paga ao liquidante, no exercício, especificando honorários, gratificações e demais vantagens existentes.	PDF
B05	INREML	Instrumento normativo que definiu a remuneração do Liquidante, inclusive das vantagens agregada a mesma.	PDF
B06	AGOCON	Cópia da Ata da Assembleia Geral que deliberou sobre as contas do Liquidante e votou as demonstrações financeiras do exercício (art. 213 da Lei 6.404/76).	PDF
B07	TVDCAI	Termo de verificação das disponibilidades em caixa ao final do exercício	PDF
B08	TVDISP	Termo de verificação de disponibilidades bancárias, na forma do Anexo 23 desta instrução normativa.	PDF e XLS/ODF
B09	EXTBAN	Extratos bancários relativos ao mês de encerramento do exercício (inclusive das contas com saldo bancário zerado no exercício).	PDF
B10	BALPAT	Balanco Patrimonial do exercício , com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Artigo 210, inciso III da Lei 6.404/76).	PDF
B11	DEMRES	Demonstração do Resultado do Exercício , com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Artigo 210, inciso III da Lei 6.404/76).	PDF
B12	DELPAC	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados , com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Inciso II do artigo 176 da Lei 6.404/76).	PDF
B13	DEMUPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido , com a indicação dos saldos do exercício anterior, no caso de	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		empresas em situação de "Estatual dependente" (Artigo 210, inciso III da Lei 6.404/76 e Art. 3º da Resolução CFC 1437/13).	
B14	NEXDEM	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras , devidamente assinada pelo Contador e Liquidante, contendo as informações que comberem à situação da empresa (§ 4º inciso IV do §5º do artigo 176 e Artigo 210, inciso III da Lei 6.404/76).	PDF
B15	BALVER	Balancete de Verificação (analítico) que deu origem ao encerramento das Demonstrações Financeiras do exercício, ainda com o saldo das contas de resultado.	PDF
B16	RELGES	Relatório de gestão contendo os atos e operações, praticados pelo Liquidante, durante o exercício, para a extinção da empresa.	PDF
B17	PARAUD	Parecer dos Auditores Independentes , se houver, sobre o relatório de gestão e o exame das Demonstrações Financeiras do exercício social (Inciso III do artigo 133 da Lei 6.404/76).	PDF
B18	RELIND	Relatório Circunstanciado da Auditoria Independente , se houver contrato para este serviço no exercício.	PDF
B19	PARCOF	Parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório anual da Administração e o exame das Demonstrações Financeiras do exercício social (Inciso IV do artigo 133 da Lei 6.404/76).	PDF
B20	INVPAT	Inventário físico dos bens patrimoniais (móveis, imóveis e intangíveis), detalhado por conta contábil, contendo: data de aquisição, descrição do bem, quantidade, valor e saldo totalizado ao final do exercício.	PDF
B21	DEINCP	Demonstrativo das incorporações de bens patrimoniais (móveis e imóveis) ocorridas no período, detalhado por conta contábil, data de aquisição, descrição do bem, quantidade, valor e saldo totalizado ao final do exercício.	PDF
B22	DEBXPT	Demonstrativo das baixas de bens patrimoniais (móveis e imóveis), ocorridas no exercício, detalhado por conta contábil, data de aquisição, descrição do bem, quantidade, valor e saldo totalizado.	PDF
B23	DEDIPT	Demonstrativo das divergências - Patrimônio (caso o saldo do inventário físico do sistema patrimonial, seja diferente do saldo contábil, ao final do exercício).	PDF
B24	INVALM	Inventário dos bens em almoxarifado , caso exista, detalhado por conta contábil, contendo: data de aquisição, descrição do bem, quantidade, valor e saldo totalizado ao final do exercício.	PDF
B25	DENALM	Demonstrativo das entradas de bens em almoxarifado , ocorridas no período, detalhado por conta contábil, data de aquisição, descrição do bem, quantidade, valor e saldo totalizado ao final do exercício.	PDF
B26	DBXALM	Demonstrativo das saídas de bens em almoxarifado , ocorridas no exercício, detalhado por conta contábil, data de aquisição, descrição do bem, quantidade, valor e saldo totalizado.	PDF
B27	DDALM	Demonstrativo das divergências - almoxarifado (caso o saldo do inventário do sistema de almoxarifado, seja diferente do saldo contábil, ao final do exercício).	PDF
B28	FOLRGP	Resumo anual da folha de pagamento de seus servidores, do exercício financeiro, a que se refere a prestação de contas, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias, as obrigações patronais, bem como os descontos a título de contribuições previdenciárias, tributos e demais rubricas.	PDF
C)		C) No exercício que for finalizada a liquidação (quando a empresa tiver sido baixada no órgão de registro competente):	
C01	MENSAG	Mensagem de encaminhamento, assinada pelo Liquidante da entidade, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de	PDF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Unidade Central do Controle Interno – UCCI

		contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	
C02	ROLRES	Rol de Responsáveis (Liquidante) contendo: (Artigo 137, I do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013): <ul style="list-style-type: none">• Nome• Endereço residencial e eletrônico• Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas da RFB (CPF)• Data da posse• Período de gestão	PDF
C03	ATAENC	Cópia da Ata da Assembleia-Geral ou Certidão de Sentença, que tiver homologado o encerramento da liquidação, com prova de arquivamento no órgão de registro. (Art. 210, inciso IX da Lei 6.404/76).	PDF
C04	PBATAE	Cópia da publicação da Ata da Assembleia Geral que deliberou o encerramento da liquidação. (Inciso IX do art. 210 da Lei 6.404/76).	PDF
C05	AGOENC	Cópia da Ata da Assembleia-Geral, que tiver deliberado sobre a aprovação das "Demonstrações Financeiras de Encerramento". (Art. 210, incisos VIII e art. 216 da Lei 6.404/76).	PDF
C06	BALENC	Balanco Patrimonial de Encerramento , demonstrando os saldos zerados no exercício, com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Art. 210, inciso IV da Lei 6.404/76)	PDF
C07	DEMENC	Demonstração do Resultado de Encerramento , demonstrando os saldos zerados no Exercício, com a indicação dos saldos do exercício anterior. (Artigo 210, inciso IV da Lei 6.404/76)	PDF
C08	NEXENC	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de encerramento , quando houver.	PDF
C09	TVDENC	Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras (Caixa e Banco), existentes na data de encerramento da Liquidação. (Art. 210, inciso IV da Lei 6.404/76).	PDF
C10	EXTENC	Extratos bancários relativos à data do encerramento da Liquidação.	PDF
C11	TRDISP	Comprovante de transferência ao Acionista do saldo remanescente das disponibilidades (caixa ou banco) ao final do processo de liquidação. (Art. 210, inciso IV da Lei 6.404/76).	PDF
C12	BXCNPJ	Comprovante de inscrição e de situação cadastral, constando a " Baixa do CNPJ " da empresa (Art. 210, inciso IV da Lei 6.404/76).	PDF
C13	CERTFD	Certidão conjunta negativa dos tributos federais emitida pela Secretaria da Receita Federal. (Art. 210, inciso IV da Lei 6.404/76).	PDF
C14	TRATIV	Comprovante da transferência do ativo patrimonial (bens e direitos) ao Governo estadual ou municipal ou no caso de Fundações a quem dispuser o Estatuto. (Art. 210, inciso IV da Lei 6.404/76).	PDF
C15	TRPASS	Documento comprovando a transferência do passivo (ações judiciais pendentes e outras) ao Governo Municipal ou Estadual ou no caso de Fundações a quem dispuser o Estatuto. (Art. 210, inciso IV da Lei 6.404/76).	PDF
C16	CEREXT	Certidão específica, emitida pelo órgão de registro, comprovando que a empresa arquivou a Ata da Assembleia Geral que deliberou sobre o término do processo de liquidação e considerou extinta a empresa ou "Certidão Web onde conste situação: "extinta". (Art. 216 §1º da Lei 6.404/76).	PDF
C17	FOLRGP	Resumo anual da folha de pagamento de seus servidores, do exercício financeiro, a que se refere a prestação de contas, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), contendo as verbas remuneratórias e indenizatórias, as obrigações patronais, bem como os descontos a título de contribuições previdenciárias, tributos e demais rubricas.	PDF

(*) In IN nº TC 028/2013, alterada pela IN nº 33, do TCEES, apud ANEXO-08.